



Entre o crédito e o débito: o cartão e o equilíbrio financeiro das famílias

Alberto Granzotto¹
Deborah Nitta²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão teórica acerca dos impactos positivos e negativos do uso de cartões de crédito sobre a saúde financeira familiar e o nível de endividamento, analisando também de que forma o planejamento financeiro pode contribuir para o uso responsável dessa ferramenta. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, de natureza teórico-explicativa, com abordagem predominantemente qualitativa e utilização complementar de dados quantitativos secundários obtidos em relatórios institucionais e bases oficiais. O orçamento familiar é destacado como instrumento essencial para a gestão equilibrada das finanças, permitindo uma visão abrangente das receitas, despesas e hábitos de consumo. Os resultados indicam que, quando utilizado de forma consciente, o cartão de crédito pode promover conveniência, segurança e acesso a benefícios; entretanto, seu uso inadequado tende a intensificar o endividamento e comprometer o equilíbrio orçamentário. Conclui-se que a educação financeira constitui elemento central para o fortalecimento da sustentabilidade financeira das famílias brasileiras, contribuindo para decisões de consumo mais responsáveis e para a redução dos riscos associados ao uso do crédito.

Palavras-chave: orçamento familiar; planejamento financeiro; cartão de crédito; educação financeira; endividamento.

Between credit and debt: credit cards and the financial balance of families

Abstract: This study aims to conduct a theoretical review on the positive and negative impacts of credit card use on family financial health and indebtedness, while examining how financial planning can foster the responsible use of this financial tool. Methodologically, the study is characterized as a bibliographic and documentary research of a theoretical-explanatory nature, with a predominantly qualitative approach complemented by secondary quantitative data obtained from institutional reports and official databases. The household budget is emphasized as a key instrument for balanced financial management, providing a comprehensive overview of income, expenses, and consumption habits. The findings indicate that, when used consciously, credit cards can promote convenience, security, and access to benefits; however, improper use tends to increase debt levels and undermine budgetary stability. The study concludes that financial education is a crucial element in strengthening the financial sustainability of Brazilian households, contributing to more responsible consumption decisions and reducing the risks associated with credit use.

Keywords: household budget; financial planning; credit card; financial education; indebtedness.

Entre el crédito y la deuda: las tarjetas de crédito y el equilibrio financiero de las familias

Resumen: El presente estudio tiene como objetivo realizar una revisión teórica acerca de los impactos positivos y negativos del uso de tarjetas de crédito sobre la

¹ Doutor em Economia, Controle e Finanças em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor na Faculdade Antonio Meneghetti (AMF) e na Trevisan Escola de Negócios, e professor convidado na Universidade de São Paulo e INPG Business School. E-mail: betorgufsm@gmail.com

² Mestre em Finanças Corporativas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: deborahnitta@gmail.com

salud financiera familiar y el nivel de endeudamiento, analizando también de qué forma la planificación financiera puede contribuir al uso responsable de esta herramienta. Metodológicamente, la investigación se caracteriza como bibliográfica y documental, de naturaleza teórico-explicativa, con un enfoque predominantemente cualitativo y utilización complementaria de datos cuantitativos secundarios obtenidos en informes institucionales y bases oficiales. El presupuesto familiar se destaca como instrumento esencial para la gestión equilibrada de las finanzas, permitiendo una visión amplia de los ingresos, gastos y hábitos de consumo. Los resultados indican que, cuando se utiliza de forma consciente, la tarjeta de crédito puede promover conveniencia, seguridad y acceso a beneficios; sin embargo, su uso inadecuado tiende a intensificar el endeudamiento y comprometer el equilibrio presupuestario. Se concluye que la educación financiera constituye un elemento central para el fortalecimiento de la sostenibilidad financiera de las familias brasileñas, contribuyendo a decisiones de consumo más responsables y a la reducción de los riesgos asociados al uso del crédito.

Palabras clave: presupuesto familiar; planificación financiera; tarjeta de crédito; educación financiera; endeudamiento.

1 Introdução

Nos últimos anos, a inclusão digital, intensificada pela pandemia, ampliou o acesso da população brasileira ao sistema financeiro, resultando em um expressivo crescimento no uso do cartão de crédito. De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS, 2024), o volume transacionado por pessoas físicas aumentou 12,1% em 2023 em relação ao ano anterior. Esse avanço trouxe benefícios relevantes, como conveniência, parcelamento de compras, programas de recompensas e maior acesso ao crédito, fortalecendo o papel do cartão como ferramenta de consumo e gestão financeira. No entanto, esse mesmo movimento também trouxe desafios, especialmente diante da ausência de conhecimento sobre boas práticas de uso, o que leva muitos consumidores a utilizarem o limite como uma renda extra, gerando riscos de endividamento e inadimplência devido às elevadas taxas de juros do crédito rotativo (Rodrigues *et al.*, 2023; Bim *et al.*, 2023).

Nesse contexto, o cartão de crédito pode assumir diferentes papéis: para alguns, representa um vilão associado ao descontrole orçamentário; para outros, quando utilizado de forma consciente, configura-se como um aliado na administração das finanças pessoais. Estudos como o de Roberts e Jones (2001) destacam que, em comparação ao uso do dinheiro em espécie, o cartão tende a estimular gastos mais imprudentes, em parte por tornar o valor desembolsado menos “real” para o consumidor. Diante disso, a reflexão sobre educação financeira torna-se essencial, já que, conforme Gonçalves (2022), o conhecimento nessa área pode reduzir significativamente as causas do endividamento familiar e contribuir para um planejamento mais equilibrado.

Para apoiar essa análise, o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), publicado anualmente pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e pelo Banco Central, oferece um panorama da capacidade dos cidadãos de gerir seus recursos, destacando aspectos como controle financeiro, capacidade de pagamento e bem-estar econômico. Nesse cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: de que forma o uso do cartão de crédito influencia a saúde financeira das famílias brasileiras e qual o papel do planejamento financeiro e da educação financeira na prevenção do endividamento e na promoção do uso consciente dessa ferramenta?

Assim, este trabalho tem como objetivo principal realizar uma revisão teórica explicativa acerca dos efeitos positivos e negativos do uso de cartões de crédito na saúde financeira das famílias brasileiras. De forma complementar, busca-se identificar os benefícios e riscos do uso dessa ferramenta de pagamento, verificar sua relação com o endividamento e analisar dados recentes sobre a saúde financeira no país, com ênfase nos resultados do I-SFB.

2 Referencial Teórico

O referencial teórico aborda os principais fatores relacionados à gestão financeira familiar, destacando o planejamento financeiro, o orçamento, o endividamento e a educação financeira como eixos centrais de análise. O conteúdo está estruturado em três tópicos principais: 2.1 Orçamento Familiar: definição e aplicabilidade; 2.2 Saúde e educação financeira; e 2.3 Uso do cartão de crédito e padrão de consumo.

2.1 Orçamento familiar: definição e aplicabilidade

O planejamento financeiro é essencial tanto para empresas quanto para famílias, pois orienta decisões e contribui para o alcance de metas (Luz; Ayres; Melo, 2019). Segundo Silva (2004), o processo de decisão de compra é compartilhado entre os membros da família, refletindo nas condições de bem-estar coletivo. As interpretações sobre consumo variam conforme valores e necessidades, o que pode ser explicado pela hierarquia de necessidades de Maslow (Blackwell *et al.*, 2001).

A literatura mostra que o orçamento doméstico, definido como um registro sistemático de receitas e despesas, é instrumento fundamental para o controle financeiro e para o autoconhecimento dos hábitos de consumo (Lopes, 2012). Elaborar e acompanhar um orçamento reduz a probabilidade de endividamento e aumenta a satisfação com a vida

financeira (Tang *et al.*, 2013)

Pesquisas recentes associam autocontrole e finanças pessoais, indicando que o comportamento financeiro depende da capacidade de resistir a impulsos de consumo (Baumeister, 2002;). O esforço contínuo para manter o orçamento pode gerar fadiga de autocontrole, levando a falhas no cumprimento do planejamento (Chen *et al.*, 2014).

No âmbito familiar, a administração do orçamento reflete também estruturas de poder e gênero. Vogler e Pahl (1994) identificam três modelos de gestão financeira: (1) integral, quando um parceiro administra a renda; (2) conjunta, quando ambos compartilham decisões e responsabilidades; e (3) independente, em que cada um gerencia seus próprios recursos. A escolha entre esses modelos depende de fatores como escolaridade, regime de bens e configuração familiar.

Autores como Carneiro e Matias (2011) e Henrique, Claudino e Junior (2020) recomendam a utilização de princípios contábeis e o estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo no orçamento familiar. Luz, Ayres e Melo (2019) reforçam a importância de registrar todos os gastos para obter uma visão realista da situação financeira. Segundo De Castro e De Castro (2021), o conhecimento sobre orçamento, hábitos de consumo e poupança é essencial para decisões financeiras conscientes.

2.2 Saúde e educação financeira: uma breve análise

A educação financeira não é um tema recente na literatura econômica e comportamental. Embora tenha ganhado maior destaque nas últimas décadas em razão da expansão do mercado de crédito, da complexidade dos produtos financeiros e da necessidade de formação de consumidores mais conscientes, suas bases conceituais já eram discutidas em estudos relacionados ao planejamento financeiro pessoal, à poupança e ao comportamento do consumidor ao longo do século XX. No contexto internacional, organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) contribuíram para a consolidação do tema como instrumento de promoção do bem-estar econômico e da inclusão financeira. No Brasil, esse movimento ganhou maior institucionalização a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2010, ampliando as discussões sobre alfabetização financeira e cidadania financeira.

A educação financeira vai além do simples ato de poupar: trata-se de desenvolver a capacidade de organizar gastos, alocar recursos e tomar decisões conscientes sobre o uso do dinheiro (Valle, 2023). O Banco Central do Brasil (2023) define cidadania financeira como o

exercício de direitos e deveres voltados à boa gestão dos recursos, sustentada por três pilares: inclusão, educação e proteção financeira. O Relatório de Cidadania Financeira (2023) mostra que 96% dos adultos têm vínculo com instituições financeiras (impulsionado pela digitalização e pelo Auxílio Emergencial), mas a inclusão digital não se traduziu automaticamente em alfabetização financeira.

Estudos revelam que o acesso facilitado ao crédito, especialmente entre famílias de baixa renda, sem a devida instrução financeira, gera comportamentos de consumo desordenados e endividamento (Donadio *et al.*, 2012). Para enfrentar esse desafio, o Banco Central criou o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), que mede habilidades de decisão, comportamento e percepção de bem-estar financeiro.

A literatura recente reforça que conhecimento financeiro melhora o comportamento e a qualidade de vida, promovendo decisões mais racionais e prevenindo o endividamento (Scoassado; Plotze, 2024). Gonçalves (2022) acrescenta que a educação financeira familiar fortalece o controle do consumo, a formação de reservas e o hábito de investir, reduzindo vulnerabilidades econômicas.

Em síntese, educação financeira e planejamento familiar são elementos centrais para a estabilidade econômica das famílias. Indivíduos financeiramente conscientes contribuem não apenas para o próprio bem-estar, mas também para uma sociedade mais equilibrada e sustentável (Scoassado; Plotze, 2024).

2.3 Uso do cartão de crédito e padrões de consumo

O cartão de crédito surgiu nos Estados Unidos na década de 1920, difundindo-se amplamente após a criação do Diners Club Card em 1950, o primeiro cartão de uso universal (Da Silva Santos, 2011). No Brasil, foi introduzido em 1956 e expandiu-se significativamente a partir dos anos 1990, com a flexibilização regulatória e o avanço tecnológico. O Banco Central (2005) define o cartão como instrumento eletrônico de pagamento, baseado em um limite de crédito previamente estabelecido.

Segundo Gadi (2006), o sistema envolve cinco agentes principais (portador, estabelecimento, adquirente, bandeira e emissor) e sua consolidação no país resultou na dominância das bandeiras Visa e Mastercard, seguidas pela Elo (Carvalho; Velloso, 2023). O crescimento da bancarização e dos pagamentos digitais ampliou o número de usuários: em 2023, mais de 106 milhões de brasileiros utilizavam crédito, impulsionados pela inclusão financeira durante a pandemia (Banco Central, 2023).

A popularização do cartão decorre de seus atrativos: possibilidade de parcelamento, prazo de até 40 dias para pagamento e programas de fidelidade (Guedes, 2011). Contudo, o uso inadequado gera preocupação crescente. Para Copetti (2018), embora o cartão seja ferramenta essencial de conveniência e segurança, o consumo descontrolado e o crédito fácil ampliam o endividamento familiar.

Pesquisas internacionais e nacionais evidenciam que o comportamento financeiro influencia diretamente o endividamento. O acesso facilitado ao crédito eleva o consumo impulsivo e as compras compulsivas (Ritzer, 1995; Rodrigues *et al.*, 2023). Estudos como o de Kunkel *et al.* (2015) mostram que fatores psicológicos estão associados à má gestão do cartão e à inadimplência.

O Banco Central (2023) registrou aumento expressivo dos “endividados de risco”, que passaram de 8,4 milhões em 2021 para 15,1 milhões em 2023. Esse cenário reforça a análise de Silva, Souza e Fajan (2015): o crédito tornou-se parte estrutural da economia e do cotidiano das famílias, mas seu uso indiscriminado transforma o consumidor em peça vulnerável da engrenagem financeira.

O cartão, portanto, possui dupla natureza: é símbolo de status e liberdade, mas também pode aprisionar o indivíduo ao endividamento (Bernthal; Crocket; Rose, 2005). A falta de educação financeira e a oferta irresponsável de crédito são apontadas como principais causas desse ciclo (Silva; Souza; Fajan, 2015).

Pesquisas recentes sugerem que a alfabetização financeira e o planejamento familiar são estratégias eficazes para reverter esse quadro (Valle, 2024). O crédito, quando utilizado de forma planejada e em contexto de estabilidade financeira, pode ampliar o bem-estar das famílias. No entanto, seu uso sem controle transforma um instrumento de conveniência em vetor de exclusão econômica.

3 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, de natureza teórico-explicativa, com abordagem predominantemente qualitativa e utilização complementar de dados quantitativos secundários. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, enquanto a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da investigação.

O estudo tem por finalidade compreender a relação entre o uso do cartão de crédito, o planejamento financeiro, a educação financeira e os níveis de saúde financeira da população brasileira. Para isso, buscou-se integrar contribuições teóricas da literatura especializada com indicadores estatísticos provenientes de relatórios institucionais e bases de dados oficiais.

3.1 Tipo e abordagem da pesquisa

Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter descritivo e explicativo. Descritivo porque busca apresentar e analisar características relacionadas ao comportamento financeiro, ao uso do cartão de crédito e aos indicadores de endividamento da população brasileira. Explicativo porque procura compreender as relações existentes entre educação financeira, planejamento financeiro, uso do crédito e saúde financeira, identificando possíveis fatores associados ao fenômeno estudado (Gil, 2008; Prodanov; Freitas, 2013).

A abordagem qualitativa foi empregada na análise e interpretação da literatura referente ao orçamento familiar, educação financeira, comportamento do consumidor e endividamento, com base em autores clássicos e contemporâneos. Complementarmente, a abordagem quantitativa foi utilizada na análise de dados secundários provenientes de relatórios oficiais e indicadores estatísticos relacionados ao tema, permitindo contextualizar empiricamente as discussões teóricas.

3.2 Fontes de dados e procedimentos de levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consulta à base de dados Web of Science, reconhecida por sua abrangência e relevância na indexação de periódicos científicos nacionais e internacionais. Foram considerados estudos publicados entre 2019 e 2024, período marcado pela expansão dos meios de pagamento digitais, pela ampliação do acesso ao crédito e por transformações relevantes no comportamento financeiro dos consumidores.

A busca foi realizada a partir de combinações de palavras-chave em português e inglês relacionadas aos temas centrais da pesquisa, tais como: "cartão de crédito", "educação financeira", "planejamento financeiro", "orçamento familiar", "endividamento", "credit card", "financial education", "financial planning", "household budget" e "indebtedness".

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos, livros, capítulos de livros e relatórios institucionais que abordassem diretamente a relação entre crédito,

comportamento financeiro, endividamento e saúde financeira. Foram excluídos trabalhos duplicados, estudos sem aderência ao tema central e publicações que não apresentavam fundamentação científica ou relevância para os objetivos da pesquisa.

Além da literatura científica, foram utilizados dados secundários provenientes de instituições oficiais e entidades reconhecidas, tais como Banco Central do Brasil, FEBRABAN, Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3 Procedimentos de análise

Os dados bibliográficos e documentais foram submetidos à análise descritiva e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e padrões observados na literatura acerca dos impactos do uso do cartão de crédito sobre o comportamento financeiro das famílias.

Os indicadores quantitativos foram analisados de forma comparativa, considerando a evolução de variáveis como endividamento, inadimplência, comprometimento da renda, utilização do cartão de crédito e índices de saúde financeira no período estudado. A integração entre os resultados quantitativos e a literatura especializada permitiu desenvolver uma interpretação crítica dos fenômenos observados, fundamentada nos referenciais teóricos das áreas de finanças pessoais, educação financeira e comportamento do consumidor.

4 Resultados e Discussão

4.1 Evolução do uso de cartão de crédito

O cartão de crédito consolidou-se como um dos principais meios de pagamento no Brasil, registrando forte expansão nos últimos anos. Segundo o Balanço do Setor de Meios Eletrônicos de Pagamento (ABECS, 2024), o setor encerrou o ano com crescimento de 10,1%, totalizando R\$ 3,73 trilhões em transações, distribuídas em 42,2 bilhões de operações com cartões de crédito, débito e pré-pago. O relatório destaca o papel estratégico do setor na digitalização da economia, impulsionado por investimentos em inovação e segurança.

Entre os fatores que favoreceram esse avanço estão a queda do desemprego para 7,8%, sendo o menor nível desde 2014, o crescimento de 2,3% no setor de serviços e o aumento real

de 6,5% na renda das famílias. Comparativamente, o uso de cartões (crédito, débito e pré-pago) e do PIX continua ampliando participação no total de transações financeiras.

De acordo com o Banco Central, a participação do cartão de crédito cresceu 5,6 pontos percentuais desde 2018, com aumento de 87% nas transações domésticas em relação ao período pré-pandemia. O percentual de parcelamento das compras também subiu em 2023. Contudo, o crescimento vem acompanhado de elevação nas taxas de juros.

A Lei nº 14.690/2023 (Brasil, 2023), vigente desde janeiro de 2024, limitou os juros e encargos financeiros do rotativo e parcelado do cartão a 100% do valor original da dívida, buscando conter o superendividamento e tornar o crédito mais sustentável.

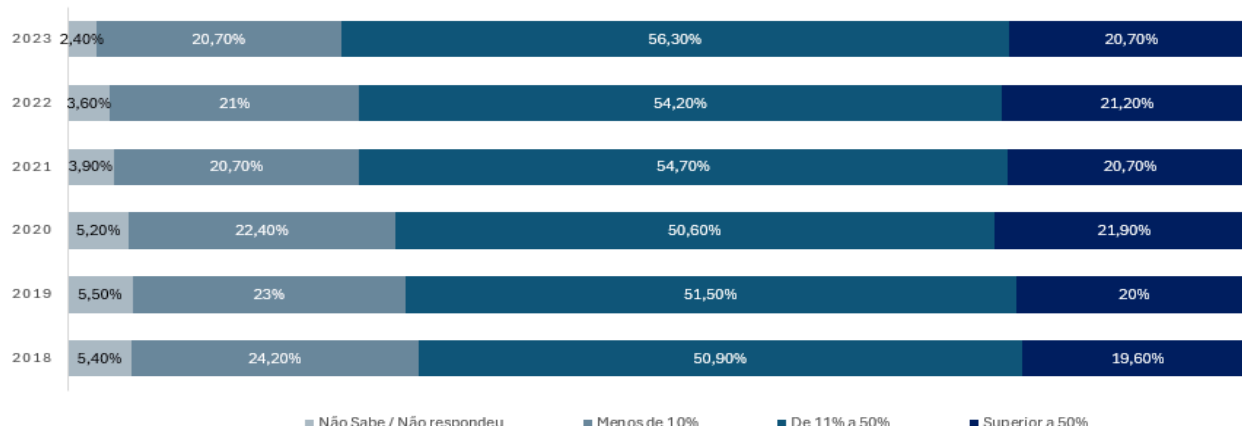
4.2 Endividamento, inadimplência e saúde financeira dos brasileiros

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), conduzida mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) desde janeiro de 2010, coleta dados de cerca de 18 mil consumidores nas capitais dos estados. A pesquisa apura indicadores como o percentual de consumidores endividados, com contas em atraso, e que não conseguirão pagar suas dívidas, além de analisar o tempo e o nível endividamento da renda. A PEIC é crucial para traçar o perfil do endividamento e monitorar a percepção dos consumidores sobre sua capacidade de pagamento.

Conforme análise dos últimos 6 anos, tivemos um aumento de 17 pontos percentuais nas famílias endividadas. De acordo com a pesquisa em dezembro de 2023, 77,6% das famílias brasileiras apresentavam alguma dívida adimplente ou inadimplente em seu nome. Enquanto as famílias com dívidas em atraso e sem condições de pagar as dívidas em atraso aumentaram 6 pontos e 3 pontos respectivamente.

Embora não seja necessariamente prejudicial para um indivíduo, essa tendência levanta preocupações quando examinada em uma escala mais ampla, uma vez que ambas as variáveis se correlacionam positivamente, ou seja, o aumento do endividamento está associado ao aumento da inadimplência (Barbosa *et al.*, 2023).

Figura 1 - Comprometimento da renda das famílias com dívidas



Fonte: PEIC/CNC – elaboração própria (2025).

A flexibilidade para adequação do orçamento familiar fica reduzida quanto se tem maior comprometimento da renda com dívidas. Comprometimento da renda superior a 50% cresceu apenas 1.1 ponto percentual se comparado com 2018 enquanto na categoria das famílias que possuem 11% a 50% houve um aumento expressivo saltando de 50,9% para 56,30%.

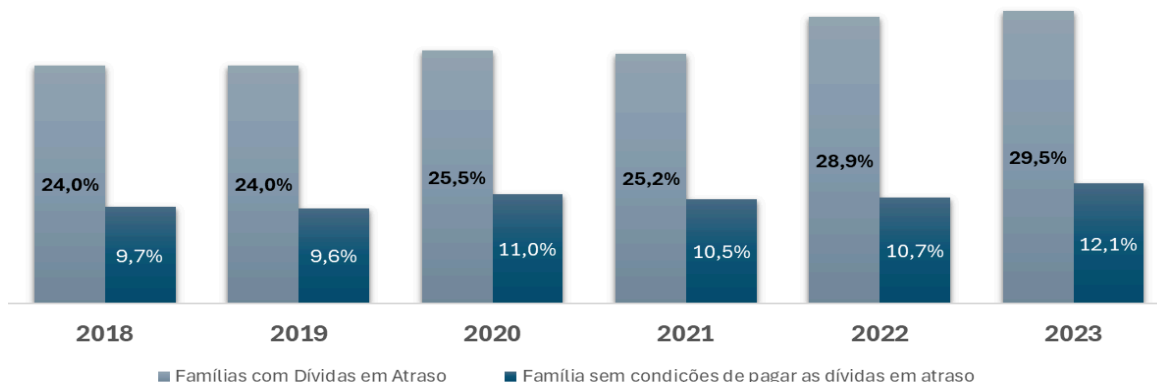
Esse aumento no comprometimento da renda acompanha a tendencia no aumento do uso do cartão de crédito desde o período pré-pandemia. Apesar do percentual médio da renda comprometida ter crescido +0,6p.p ao longo dos 6 anos, o tempo de comprometimento recuou 0,1 p.p se comparado a 2018. Existe uma diferença entre o endividado e inadimplente. Segundo Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005) os riscos de vender a crédito estão relacionados com a possibilidade de não recebimento do todo ou parte da venda, causando assim perdas financeiras. Para Tófoli (2008), a inadimplência caracteriza-se como um descumprimento de uma dívida anteriormente contraída.

Conforme o estudo sobre a Série da Cidadania Financeira Banco Central (2023), em março de 2023, havia 15,7 milhões de endividados de risco no Brasil, ou 15% da população tomadora de crédito. Em termos relativos, o endividamento de risco se concentra principalmente entre as mulheres, na população de baixa renda e de idade mais elevada, e nas regiões Nordeste e Norte. Os homens, apesar de serem proporcionalmente mais inadimplentes e caírem mais no critério multimodalidades de crédito, costumam ter rendas maiores e menos comprometidas do que as mulheres.

O relatório da PEIC corrobora com essa análise indicando um aumento na inadimplência em 2023 para 29,5% da população. A parcela das famílias sem condições de

pagar as dívidas em atraso também cresceu para o mesmo período.

Figura 2 - Inadimplência 2018-2023



Fonte: PEIC/CNC – elaboração própria (2025).

Em relação à distribuição por tipo de dívida, observa-se uma tendência de redução no endividamento em diversas categorias para ambas as faixas de renda. No entanto, o cartão de crédito continua sendo uma fonte significativa de dívida para todas as famílias. O aumento do uso de "Outras Dívidas" entre as famílias de menor renda pode indicar uma diversificação ou maior dificuldade de acesso a formas tradicionais de crédito.

Destacam-se algumas modalidades correlacionadas na análise, a seguir:

- Na modalidade cartão de crédito ambas as faixas de renda apresentam alta dependência do cartão de crédito. Em 2023, 86,4% das famílias com renda até 10 salários-mínimos e 87,2% das famílias com renda acima de 10 salários- mínimos possuíam dívidas de cartão de crédito. Isso indica que o cartão de crédito é um meio de pagamento amplamente utilizado independentemente da faixa de renda. Contudo seu uso é ainda maior na faixa da população com renda maior.
- As famílias de até 10 salários-mínimos diminuíram o uso de financiamento de carro de 10,1% em 2021 para 6,9% em 2023. As famílias de maior renda também mostraram uma redução significativa, de 20,0% em 2022 para 14,2% em 2023 apesar de terem uma maior participação nessa modalidade.
- As famílias de até 10 salários-mínimos diminuíram o uso de financiamento de carro de 10,1% em 2021 para 6,9% em 2023. Já as famílias acima de 10 salários- mínimos também mostraram uma redução significativa, de 20,0% em 2022 para 14,2% em 2023.

Para a faixa de menor renda, os carnês de lojas foram o segundo tipo de dívida mais comum. Já entre as famílias mais ricas, as modalidades de crédito de longo prazo, como

financiamentos de carro e de casa, ocuparam o segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Segundo publicado pelo Banco Central (2023) no relatório Endividamento, os bancos tradicionais onde as pessoas têm conta corrente e acesso a diversos serviços, concentram 93% dos 15,1 milhões de endividados de risco, ou seja, 14 milhões de pessoas mantêm relacionamento com conglomerados desse segmento.

Considera-se endividado de risco o tomador de crédito que atende a dois ou mais dos critérios relacionados a seguir: a) inadimplemento de parcelas de crédito, isto é, atrasos superiores a 90 dias no cumprimento das obrigações creditícias; b) comprometimento da renda mensal com o pagamento do serviço das dívidas acima de 50%; c) exposição simultânea às seguintes modalidades de crédito: cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo (multimodalidades); e, d) renda disponível mensal (após o pagamento do serviço das dívidas) abaixo da linha de pobreza.

Os segmentos foram agrupados da seguinte maneira: a) B1 – Bancos com carteira comercial (podem receber depósitos à vista): Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica.; b) B2 – Bancos sem carteira comercial (não podem receber depósitos à vista): Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Câmbio ou Banco de Investimento; c) B3 – Cooperativas: Cooperativas de Crédito Singular e Banco Múltiplo Cooperativo entre outras.

Ainda nesse mesmo estudo o Banco Central apresenta uma comparação entre as principais modalidades de crédito utilizadas pelos endividados de risco e os não endividados. O segmento B1 é o que apresenta a maior diversificação de modalidades de crédito. Dentro dos dados nota-se que 16,2% do endividamento dos bancos comerciais está dentro da modalidade de cartão de crédito sendo a sua variação de 35% maior para os endividados em relação aos não endividados. Em contrapartida o segmento N1 representa 42% dos endividados, o cartão de crédito é a principal modalidade ofertada pelas instituições de crédito (segmento N1), tanto para os endividados de risco (57,4%) quanto para os não endividados (51,9%).

O cartão de crédito é a principal modalidade oferecida pelas instituições de crédito (segmento N1), abrangendo 57,4% dos endividados de risco e 51,9% dos não endividados. Em seguida, temos o empréstimo pessoal, que representa 26,6% das dívidas dos endividados de risco e 20,9% das dívidas dos não endividados. Esse segmento concentra a maior parte das ofertas de crédito com as taxas mais altas do mercado, somando 84% do saldo dos endividados de risco e 72,8% dos não endividados no segmento N1. Por fim, as modalidades de crédito do segmento “N4 – Instituições de Pagamento (IPs)” concentram-se basicamente

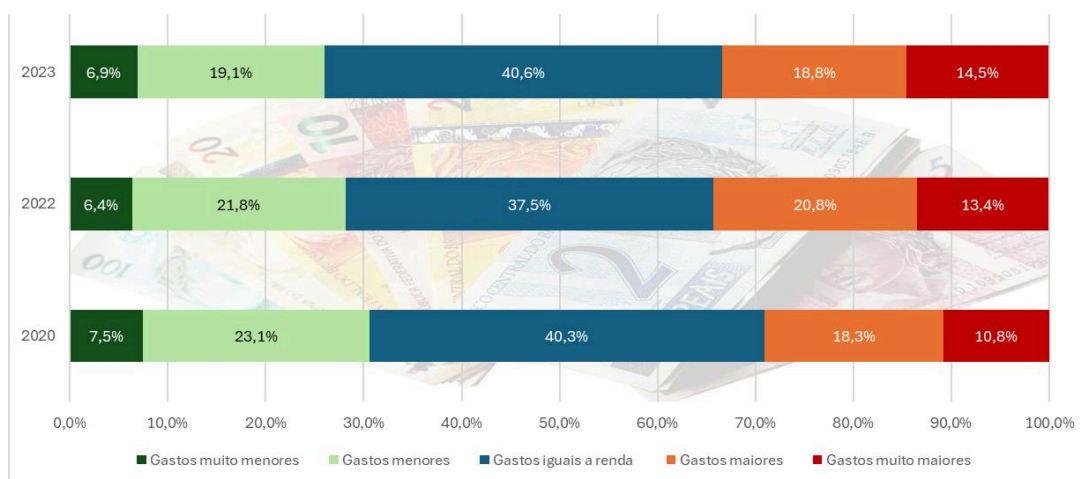
no cartão de crédito, tanto para os endividados quanto para os não endividados de risco. É importante destacar que essas instituições não podem oferecer empréstimos, então o cartão de crédito é utilizado para pagamentos à vista e parcelados em lojas.

A percepção de endividamento e dificuldade da adequação do orçamento pode ser mapeada através do I-SFB. O I-SFB mede a Saúde Financeira das pessoas usando uma escala de 0 a 100 pontos e, de acordo com a pontuação, classifica a pessoa em uma das 7 faixas (ou níveis) de Saúde Financeira que o compõem. De acordo com os dados apresentados no relatório de o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro (I-SFB), o índice de 2023 está melhor que 2022, porém muito deteriorado em comparação com 2020. Em resumo, o relatório salienta que o Índice de Saúde Financeira parou de cair, apesar das finanças pessoais continuarem pressionadas. Analisando a distribuição através das faixas, nota-se uma leve melhora em relação a 2022, porém uma continuação de deterioração se comparado a 2020 para as faixas de muito saúde muito baixa, des controle financeiro saindo de 49% em 2020 para 52% dos entrevistados.

De acordo com o resultado da pesquisa divulgada pela FEBRABAN (2023) cerca de 74% empatam ou gastam mais do que ganham (aumento de 5,71% comparado com 2020). Nesses dados não temos informação se essas pessoas fazem uso de controle financeiro através de um orçamento, porém apenas 46% afirmaram saber como se controlar para não gastar muito. Os índices relacionados a controle financeiro, capacidade de pagamento e equilíbrio das contas seguem se deteriorando em relação a 2022.

O panorama da saúde financeira em 2023 revela que as finanças dos brasileiros continuam sob pressão. a proporção daqueles que se consideram “Totalmente” ou “Muito” apertados subiu de 23,1% em 2022 para 23,3% em 2023.

Figura 3 - Gastos na Casa em relação a Renda



Fonte: FEBRABAN (2023) e BCB – elaboração própria (2025)

A dificuldade de equilibrar o orçamento permanece alto, com apenas 26% das pessoas entrevistadas afirmando que seus gastos são “Menores” ou “Muito Menores” que os ganhos, uma queda de 2,2 pontos percentuais em relação a 2022. Além disso, 42,6% dos entrevistados relatam que “Nunca” ou “Raramente” sobra dinheiro no fim do mês. A porcentagem de pessoas que têm dificuldade em pagar contas e cobrir gastos frequentemente aumentou de 16,1% em 2022 para 18,7% em 2023. Estes resultados indicam que, apesar de uma aparente estabilização da saúde financeira, os desafios para equilibrar o orçamento aumentaram.

A tabela resumo abaixo correlaciona e agrupa os diversos dados dos últimos 6 anos abordados na presente pesquisa:

Tabela 1 - Quadro resumo dos índices

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Famílias com Dívidas em Atraso	24,0%	24,0%	25,5%	25,2%	28,9%	29,5%
Família sem condições de pagar as dívidas em atraso	9,7%	9,6%	11,0%	10,5%	10,7%	12,1%
Parcela média da renda comprometida com dívida	29,4%	29,5%	30,0%	30,2%	30,2%	30,0%
Tempo médio de comprometimento em meses	7,0	6,9	7,2	7,1	7,0	6,9
Famílias Endividadas	59,8%	65,6%	66,3%	76,3%	78,0%	77,6%
Tipo de dívida (% endividados)	76,9%	78,7%	78,0%	82,6%	86,6%	86,2%
Baixa Saúde Financeira			48%		52%	52%
Índice de Saúde Financeira			57,2		56,0	56,2
Vivenciam algum Tipo de Aperto Financeiro			46,8%		48,6%	49,9%
Orçamento Justo: gastam mais do que ganham			29,1%		34,2%	33,3%
Endividados de riscos (em milhões)						
Quantidade de Transações por Cartão de Crédito - transações domésticas	7,40	9,7	9,4	12,5	16,2	18,2
Percentual de Transações Parceladas acima de 2x	49%	49%	49%	48%	47%	48%
Evolução do Faturamento de cartão de crédito em milhares de reais	208.600	265.975	277.901	380.631	509.381	578.239

Fonte: BCB/Febraban/PEIC- Elaboração própria (2025)

Em linhas gerais, temos que o faturamento do cartão de crédito cresceu de R\$ 208,6 bilhões em 2018 para R\$ 578,2 bilhões em 2023, demonstrando um aumento significativo no uso desse meio de pagamento. Esse aumento de faturamento é diretamente relacionado ao aumento na quantidade de transações por cartão de crédito que cresceu, de 7,4 milhões em 2018 para 18,2 milhões em 2023. O percentual de transações parceladas permaneceu estável,

em torno de 48-49%. A dependência do cartão de crédito aumentou de 76,9% em 2018 para 86,2% em 2023, indicando uma maior utilização desse meio de pagamento.

A porcentagem de famílias endividadas subiu de 59,8% em 2018 para um pico de 78,0% em 2022, mas apresentou uma leve queda para 77,6% em 2023. Isso indica que mais famílias estão se endividando, mesmo que o crescimento tenha desacelerado.

A porcentagem de famílias com dívidas em atraso aumentou de 24,0% em 2018 para 29,5% em 2023. Isso mostra uma tendência crescente de inadimplência ao longo dos anos. O percentual de famílias que não conseguem pagar suas dívidas em atraso também aumentou, de 9,7% em 2018 para 12,1% em 2023. Esse crescimento indica um agravamento na capacidade de pagamento das famílias. Seguindo a mesma tendência, a parcela das famílias que gastam mais do que ganham aumentou de 29,1% em 2018 para 33,3% em 2023, enquanto aquelas que vivenciam algum tipo de aperto financeiro aumentou de 46,8% para 49,9%. Ficando assim evidente que o descontrole financeiro aliado a ferramentas de fácil crédito como o cartão podem provocar um aumento na tendência de inadimplência e endividados de risco.

Embora, segundo publicado pela ABECS (2024), os dados demonstrem que 80% dos entrevistados afirmarem que o cartão contribuiu para o controle financeiro e 87% não usarem o crédito rotativo, os dados apresentados indicam que o cartão de crédito está fortemente relacionado ao alto endividamento dos brasileiros, mas não necessariamente a inadimplência, esta por sua vez, possui influência de outros fatores além do presente escopo da pesquisa.

5 Considerações Finais

Com o crescente aumento no uso do cartão de crédito como meio de pagamento e acesso ao crédito, contrair dívidas não significa necessariamente que a saúde financeira esteja comprometida. O problema do endividamento surge quando o indivíduo se torna inadimplente, ou seja, quando não consegue cumprir os compromissos financeiros assumidos dentro dos prazos estabelecidos.

A falta de planejamento financeiro pode levar ao descontrole dos gastos, fazendo com que o limite do cartão de crédito seja incorretamente incorporado ao orçamento familiar como uma espécie de renda complementar. Essa prática dificulta a gestão financeira doméstica e aumenta a vulnerabilidade das famílias ao endividamento.

Os resultados analisados indicam uma tendência de crescimento do endividamento e da inadimplência entre as famílias brasileiras, associada ao uso cada vez mais intenso dos cartões de crédito. A manutenção de elevados níveis de comprometimento da renda com

dívidas e a piora de alguns indicadores de saúde financeira reforçam a necessidade de ações voltadas à educação financeira e ao fortalecimento das práticas de planejamento financeiro.

Observou-se que o comprometimento significativo da renda familiar constitui um dos principais fatores associados ao risco de inadimplência, reduzindo a capacidade das famílias de lidar com imprevistos e oscilações econômicas. Nesse contexto, torna-se fundamental o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão financeira capazes de promover maior estabilidade econômica e reduzir situações de vulnerabilidade financeira.

Os resultados também evidenciam que o uso do cartão de crédito, isoladamente, não pode ser considerado o único fator responsável pelo endividamento das famílias brasileiras. Trata-se de um fenômeno multifatorial, influenciado por aspectos econômicos, sociais, comportamentais e educacionais, o que demanda análises mais abrangentes sobre suas diferentes causas e consequências.

Como limitação, este estudo possui caráter bibliográfico e documental, fundamentando-se em literatura especializada e em dados secundários provenientes de relatórios institucionais e bases oficiais. Dessa forma, os resultados refletem a interpretação dos autores a partir das fontes consultadas, não contemplando análises empíricas realizadas diretamente com consumidores ou grupos específicos da população brasileira. Além disso, a pesquisa concentrou-se na relação entre uso do cartão de crédito, saúde financeira e endividamento, não explorando de forma aprofundada outros fatores que também podem influenciar a inadimplência.

Para pesquisas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos que investiguem a relação entre educação financeira, comportamento de consumo e utilização do cartão de crédito em diferentes contextos sociais e econômicos. Também são sugeridas análises com recortes por gênero, faixa etária, renda e classe social, bem como investigações sobre fatores como compras impulsivas, desemprego, eventos familiares inesperados, condições de saúde e demais variáveis associadas ao processo de endividamento das famílias brasileiras.

Retoma-se, por fim, a questão central apresentada neste trabalho: cartão de crédito, herói ou vilão? A resposta depende fundamentalmente da forma como essa ferramenta é utilizada e gerenciada. Quando empregado de maneira responsável, o cartão de crédito pode oferecer benefícios importantes, como praticidade, segurança, parcelamento de compras e construção de histórico de crédito. Por outro lado, sua utilização sem planejamento e controle pode resultar em elevados custos financeiros e no agravamento do endividamento.

Assim, conclui-se que a educação financeira, associada ao planejamento e ao controle do orçamento familiar, constitui elemento essencial para que o cartão de crédito seja utilizado como um instrumento de apoio à gestão financeira, e não como um fator de comprometimento da saúde financeira das famílias.

Referências

ABECS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE CARTÕES E SERVIÇOS. Disponível em: <http://www.abecs.org.br/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cartilha cartão de crédito**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, [s.d.].

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conceito de cidadania financeira**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Diagnóstico do sistema de pagamentos de varejo do Brasil**: adendos estatísticos anuais (2006–2009). Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas cartão de crédito rotativo e parcelado com juros (pessoas físicas)**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, [s.d.].

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas de meios de pagamentos: 2023**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série cidadania financeira**: estudos sobre educação, proteção e inclusão. Endividamento de risco no Brasil: atualização, impacto no Sistema Financeiro Nacional e qualificação dos indicadores. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2023.

BARBOSA, N. P.; SANTOS, I. M.; KOPKE, V. D. C.; PEREIRA, G. A. A inadimplência das famílias brasileiras: uma análise dos fatores econômicos. **Cadernos de Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 1, p. 53-68, 2023.

BAUMEISTER, R. F. Yielding to temptation: self-control failure, impulsive purchasing, and consumer behavior. **Journal of Consumer Research**, v. 28, n. 4, p. 670-676, 2002.

BERNTHAL, M. J.; CROCKETT, D.; ROSE, R. L. Credit cards as lifestyle facilitators. **Journal of Consumer Research**, v. 32, n. 1, p. 130-145, 2005.

BIM, I. C.; DO CARMO, J. G.; DE OLIVEIRA, M. J. G. **O cartão de crédito e o endividamento dos brasileiros**. Revista Interface Tecnológica, v. 20, n. 2, p. 468-479, 2023.

BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. **Consumer behavior**. 9. ed. Fort Worth: Harcourt College Publishers, 2001.

BRASIL. **Lei nº 14.690, de 3 de outubro de 2023.** Institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes – Desenrola Brasil [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114690.htm. Acesso em: 10 jun. 2026.

CARNEIRO, M.; MATIAS, A. B. **Orçamento empresarial:** teoria, prática e novas técnicas. São Paulo: Atlas, 2011.

CARVALHO, V. M. de; VELLOSO, F. **Panorama concorrencial em meios de pagamento:** o debate no CADE. São Paulo: Singular, 2023.

CHEN, J. Q.; TANG, T. L. P.; TANG, N. Y. Temptation, monetary intelligence (love of money), and environmental context on unethical intentions and cheating. **Journal of Business Ethics**, v. 123, n. 2, p. 197-219, 2014.

COPETTI, D. M. S. **O endividamento das famílias brasileiras:** comportamentos, desafios e possibilidades de uma gestão financeira equilibrada. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

DA SILVA SANTOS, D. A. **Cartão de crédito:** aspectos gerais. Assis: FEMA, 2011.

DE CASTRO, A. B. C.; DE CASTRO, S. A. Educação econômica e financeira: proposta de diretrizes pedagógicas para o ensino superior tecnológico. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 90691-90706, 2021.

DONADIO, R; CAMPANARIO, M; RANGEEL, A. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos brasileiros. **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Saúde financeira dos brasileiros estabiliza, mas finanças continuam sob pressão.** São Paulo: FEBRABAN, 2023. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/4041/pt-br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

GADI, M. F. A; LAGO, A. P. **Tópicos em ciência da computação na detecção de fraude.** 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, S. S. **A educação financeira frente ao consumo e endividamento das famílias brasileiras.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GUEDES FILHO, E. M. *et al.* **Análise econômica dos benefícios advindos do uso de cartões de crédito e débito.** São Paulo: Tendências Consultoria Integrada, 2011.

HENRIQUE, E. M. S.; CLAUDINO, L. M. G.; JUNIOR, A. R. P. **Gestão financeira familiar.** Assis: Fatec Assis, 2020.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista de Administração**, v. 50, n. 2, p. 169-182, 2015.

LEMES JÚNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

LOPES, F. F. M. **A importância do orçamento familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LUZ, E. J.; AYRES, M. A. C.; MELO, M. A. S. Orçamento familiar: uma análise acerca da educação financeira. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, 2019.

PEIC – PESQUISA NACIONAL DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR. **Balço do endividamento e da inadimplência do consumidor brasileiro em 2023**. Brasília: CNC, 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROBERTS, J. A.; JONES, E. Money attitudes, credit card use, and compulsive buying among American college students. **Journal of Consumer Affairs**, v. 35, p. 213-240, 2001.

RODRIGUES, L.; SILVA, J. M.; DE SOUZA, M. E.; DI MARCO, C. A. **Os impactos do mau uso do cartão de crédito e de compras compulsivas**. Revista Eletrônica, 2023.

SCOASSADO, A. P. O. V.; PLOTZE, R. A educação financeira como estratégia para gestão financeira pessoal e melhor qualidade de vida dos jovens. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 158-182, 2024.

SILVA, H. M. R. **Análise do orçamento de uma amostra de famílias brasileiras: um estudo baseado na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, J. T. de L.; SOUZA, D. A. de; FAJAN, F. D. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários. In: SIMPÓSIO DE EXCELENÇA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12., 2015, Resende. **Anais [...]**. Resende: SEGeT, 2015. p. 1-15.

TANG, T. L. P.; SUTARSO, T. Falling or not falling into temptation? Multiple faces of temptation, monetary intelligence, and unethical intentions across genders. **Journal of Business Ethics**, v. 116, n. 3, p. 529-552, 2013.

VALLE, J. P. S. de O. **Importância da gestão financeira familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação). Instituto Federal do Espírito Santo, Linhares, 2023.

VOGLER, C.; PAHL, J. Money, power and inequality within marriage. **The Sociological Review**, v. 42, n. 2, p. 263-289, 1994.